



CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR DE GÊNERO E RAÇA ¹

CONTRIBUTIONS TO A MULTIDISCIPLINARY APPROACH OF GENDER AND RACE

Luciana Falcão Lessa

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

lucianaflessa2@gmail.com

RESUMO

Neste artigo procuro discutir a abordagem teórica utilizada na pesquisa desenvolvida no doutorado, a saber, um estudo sobre os efeitos da colonização, da memória da escravidão e do racismo na subjetividade e nas relações afetivas de mulheres negras integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia. Para atender a esse objetivo, utilizei como metodologia a análise de trajetórias, entrevistei mulheres integrantes da referida Rede que desenvolveram suas trajetórias da década de 1970 até a atualidade, um período de grande movimentação política da população negra em busca de reparação, que vem resultando em importantes conquistas de direitos. Ao emergir de reflexões da pesquisa desenvolvida no mestrado em História Social e da minha experiência de mulher negra, este tema convoca teorias e referências que ultrapassam as barreiras disciplinares, pois as experiências são complexas e plurais.

Palavras-chave: racismo; mulheres negras; teoria; multidisciplinaridade.

ABSTRACT

In this article I try to discuss the theoretical approach used in the research developed in the doctorate, namely, a study on the effects of colonization, memory, slavery and racism on the subjectivity and affective relationships of black women who are part of the Black Women Network of Bahia. To meet this objective, I used trajectory analysis as a methodology, interviewed women members of that network who developed their trajectories from the 1970s to the present, a period of great political movement for the black population in search of redress, which has resulted in important rights gains. Emerging from reflections of the research developed in the Master's Degree in Social History and my experience as a black woman, this theme calls for theories and references that go beyond disciplinary barriers, as the experiences are complex and plural.

Key-words: racism; black women; theory; multidisciplinary.

¹ Este artigo constitui parte do resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Pós-Afro/UFBA), em nível de doutorado.

1. Introdução

Os prejuízos psicológicos, comportamentais e afetivos do racismo, embora sejam temas comumente discutidos em rodas de conversa ou palestras organizadas por mulheres negras, ainda não foram devidamente sistematizados mediante pesquisas e estudos acadêmicos e constitui um exercício complexo dimensionar o seu impacto e as suas reais consequências do ponto de vista das subjetividades. Considerando tais fatores, procurei compreender, na pesquisa de doutorado, como se manifestam os efeitos da colonização, da escravidão e do racismo na subjetividade de mulheres negras.

Tal pesquisa foi realizada com integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia², residentes em Salvador, a partir de suas experiências cotidianas, familiares, afetivas e políticas. O interesse em desenvolver esse trabalho emergiu de duas situações específicas. A primeira está relacionada à possibilidade de aprofundar algumas das questões que surgiram durante a pesquisa desenvolvida no mestrado em História Social, conforme explicarei mais adiante; a segunda busca atender a uma necessidade existencial e política, enquanto mulher negra, cuja subjetividade foi e está sendo construída sob a égide de estruturas sociais desiguais e, dentre outras experiências, também internalizei as diferenças, a sensação de ser cidadã de segunda categoria e de que determinados espaços não me cabiam, não me pertenciam, ou eu a eles.

Durante o mestrado, estudei a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos-BA, composta por mulheres negras pertencentes aos segmentos menos favorecidos da sociedade (LESSA, 2005). Cerca de metade dessas mulheres trabalhava na cultura fumageira, como lavradoras, charuteiras, eram pequenas negociantes – vendiam doces, bolos, cocadas, lelê, dentre outros quitutes – e algumas eram fateiras³.

² A discussão sobre a criação de uma Rede de Mulheres Negras teve início durante a III Conferência de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, que aconteceu no Grand Hotel Stella Maris, entre os dias 28 e 30 de agosto de 2013, em Salvador. Na ocasião, mulheres negras que participavam da conferência questionaram a ausência de uma discussão sobre suas especificidades entre os eixos temáticos. A Rede não é institucionalizada e se configura como um espaço de acolhimento/afetividade, segurança e bem-estar das mulheres, especialmente das mulheres negras. É um espaço político de todo tipo de organização de mulheres que trabalham pela construção da equidade social, racial, de gênero e pela eliminação da lesbofobia e todas as demais formas de discriminação e desigualdade.

³ Nome popular dado às mulheres que cuidam das vísceras de animais abatidos (boi, porco ou carneiro), limpando-as e comercializando-as no mercado. Essas vísceras são utilizadas para a elaboração de pratos da culinária regional.

Quanto ao estado civil, a maioria das mulheres da Irmandade constituía família sem contrair matrimônio do ponto de vista formal. Por essa razão, eram discriminadas e estigmatizadas, sendo em muitas ocasiões adjetivadas de “raparigas”, expressão pejorativa amplamente conhecida na linguagem popular. De acordo com o depoimento de Geraldo Alves Pereira, “[...] algumas eram amancebadas. Outras, bem casadas. Mas a maioria era rapariga, mulheres que tinham filhos, mas não eram casadas. Por isso, a festa da Irmandade era conhecida como ‘festa das raparigas’”⁴.

Em várias passagens do romance *Teixeira Moleque*, ambientado em Cachoeira, o autor Ruy Santos (1960: p. 100) faz referências às chamadas raparigas, como mulheres pobres e de vida fácil: “um pau d’água, que vive no meio do meretrício, sustentado por pobres raparigas”.

“Rapariga” é um adjetivo pejorativo que remete a duas questões que serão devidamente abordadas aqui: a primeira se refere à própria solidão afetivo-sexual das mulheres negras; a segunda é uma reflexão sobre a construção de estereótipos atribuídos a essas mulheres, orquestrada pelo discurso hegemônico. Segundo bell hooks, o estereótipo das mulheres negras como prostitutas, construído pela elite branca e escravocrata, termina por justificar

[...] a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995: p. 469).

O termo “rapariga” é apenas um entre tantos estereótipos que desqualificam as mulheres negras que vivenciam relações afetivo-sexuais diferentes daquelas impostas pela moralidade oficial branca e burguesa. Trata-se de um instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres, já que essas últimas, em sua maioria, não vivenciam o casamento oficial. Dessa forma, “O descompasso entre a moralidade oficial e a realidade agia, ainda de uma outra forma, para fazer vítimas mulheres pobres: promovia entre as mais ingênuas, a convicção de que se não podiam ser santas, só lhes restavam ser putas” (FONSECA, 2004: p. 532).

⁴ Entrevista cedida pelo senhor Geraldo Alves Pereira, em 03/12/2004, em São Gonçalo dos Campos-BA, em função da pesquisa de mestrado.

As notícias dos jornais sobre as irmãs da Boa Morte faziam referência à condição de raparigas, desqualificando-as socialmente, como pode ser observado em uma matéria do jornal *A Razão*, de 27 de agosto de 1948, cujo título é “Bôa Morte”:

No dia 15 do findando realizou-se aqui a tradicional festa de Nossa Senhora das Angústias, comumente chamada de ‘Bôa Morte’.

Patrocinada sempre pelas raparigas da cidade, essa festa tem entre nós o cunho das grandes solenidades e a ela se associam todas as classes sociais n’uma eloqüente prova de que na religião católica romana tudo é entendimento e a mesma fé nivela todos n’um mesmo plano de crença e igualdade.

[...] À tarde, como de costume, concorrida procissão percorreu as ruas da cidade acompanhada pela Lyra Sangonçalense [...]. Foi juíza da festa deste ano a rapariga Antônia Cazumbá. Em 1949 as festividades estarão a cargo de Cecília Araújo, que certamente se esforçará para que a festa da ‘Bôa Morte’ continue com o brilho e a pompa de todos os anos.

A pesquisa realizada sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos (LESSA, 2005) trouxe uma questão subentendida na fala das irmãs, a internalização dos estereótipos raciais e de gênero. Como e em que medida essas mulheres internalizam e reproduzem os estereótipos construídos pelo discurso hegemônico sobre seus corpos e suas experiências? De que forma esse processo contínuo de inferiorização repercute na expressão da afetividade e na construção da subjetividade dessas mulheres?

Notou-se também nesses discursos que a expressão dos sentimentos era determinada pela cor, ou seja, as mulheres negras eram tratadas como objeto – “só corpo, sem mente” (HOOKS, 1995: p. 469) – não tinham direito a sentimentos, eram vistas como corpos que aguentam e suportam. Uma afirmação devidamente retratada na literatura e, dessa forma, partilhada por todos os grupos sociais, como mostra outra passagem do romance *Teixeira Moleque*: “A môça admirava-o, não era amor nem paixão. Prêto não tinha esse direito. Era afeição, uma afeição profunda” (SANTOS, 1960: p. 97).

Como procurei demonstrar, a partir da releitura dos dados da pesquisa anterior, e enquanto mulher negra, pertencente a grupos menos favorecidos, fiz uma reflexão a respeito da construção da minha subjetividade, vivendo numa sociedade estruturada pelo racismo. Com isso, pretendo dizer que o conceito de posicionalidade, elaborado pelas feministas hegemônicas e aprimorado pelas feministas negras, de que todos nós falamos de um lugar específico, referindo-se à localização de classe, raça e gênero, permitiu fazer essa reflexão sobre como nós, mulheres

negras, sentimos e vivenciamos o racismo. Dessa forma, os conceitos de *stand point* e *outsider within*⁵, de Patrícia Hill Collins (2016), posicionam-me em um lugar privilegiado para discutir as questões aqui propostas.

Percebi que o racismo atravessou toda a minha trajetória, provocando danos na minha autoestima, abalando minha autoconfiança e segurança, colocando em dúvida a minha capacidade intelectual, a sensação de estar sempre fora do lugar e de que o sofrimento faz parte das nossas trajetórias, pois em uma sociedade egressa da escravidão, ser negro é também sinônimo de sofrimento e trabalho pesado, fazendo com que, muitas vezes, desconfiemos da felicidade e das relações afetivas, por esse motivo as recusamos.

Ao visibilizar os prejuízos psicológicos do racismo e da escravidão, também na minha subjetividade, o problema estava dado, imposto às minhas reflexões, e foi angustiante perceber que a minha consciência era fruto de relações sociais de poder baseadas na ideia de raça, portanto, construída historicamente. Aqui é oportuno citar Maria Cecília de Souza Minayo (2001) para explicar como um problema se torna objeto de pesquisa:

[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema na vida prática. As questões de investigação estão, portanto relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontramos suas razões e seus objetivos. (MINAYO, 2001: p. 17).

Então, resolvi pesquisar que efeitos a memória da escravidão e o racismo produziram nas experiências subjetivas das mulheres negras, e entender esse processo a fim de discutir se sua reversão é possível, pois o objetivo não se trata apenas de constatar a internalização da inferioridade, mas de visibilizar estratégias para que nos reconheçamos diferentes, mas não desiguais, o que implica a liberdade de existir do jeito que se é, “[...] pois sem isso os negros não vão ocupar alguns espaços, mesmo que eles já existam” (BARAÚNA, 2014: p. 138).

O principal intuito é chamar a atenção para a forma como o racismo age nas nossas consciências, silenciando as nossas vozes, implantando a insegurança, o medo, a sensação de inferioridade, negando as nossas habilidades e capacidades intelectuais. Somos vencidos, em

⁵ Patrícia Hill Collins (2016) argumenta que muitas intelectuais negras têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seu *status* de *outsider within* (em tradução livre para o português, “forasteiras de dentro”) para produzir um pensamento feminista negro, capaz de refletir um ponto de vista (*stand point*) especial em relação ao *self*, à família e à sociedade.

primeiro lugar, nas nossas consciências. A ideia é chamar a atenção para esse processo e discutir meios a fim de revertê-lo.

Desse modo, apenas um curso multidisciplinar iria fornecer instrumentos necessários para a realização da pesquisa de doutorado, pois sua abordagem exigia o uso de conceitos e aportes teóricos da Psicologia, História e Antropologia. Um curso disciplinar impediria as reflexões exigidas pelo trabalho e resultaria num texto estanque e incompleto, com muitas lacunas, conceitos prontos e até preconceitos. Ademais, considero importante pautar que a pesquisa diz respeito às experiências compartilhadas por mulheres negras, e talvez uma banca de seleção de um curso de pós-graduação constituída por mulheres e homens brancos não entendesse a legitimidade deste estudo. Entretanto, vale ressaltar que não se trata de questões pessoais, mas de questões políticas, uma vez que afetam uma população que possui o mesmo fenótipo que a conduz à invisibilidade, a um não lugar.

A perspectiva multidisciplinar proposta pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Pós-Afro/UFBA) ofereceu possibilidades para que a pesquisa em questão fosse desenvolvida, uma vez que um projeto que discute subjetividade e afetividade exige que sejam ultrapassadas as barreiras disciplinares da História, transitando por outras áreas do conhecimento e correntes teóricas, convocadas pelo tema de estudo, construído a partir da experiência, o que torna o trabalho mais rico pelo fato de trazer a reflexão sobre questões sociais tão urgentes, além do mais, não encontrei referências bibliográficas em História que abordassem o tema aqui proposto, logo, inviabilizaria a pesquisa, por falta de uma linha ou discussão teórica para abordar o tema em questão.

A disciplina *Seminário de Metodologia e Prática de Ensino* (Pós-Afro/UFBA), sob a orientação do professor Cláudio Furtado, conferiu legitimidade ao meu tema de pesquisa ao apresentar autores que refletiram sobre a sua condição de colonizados. A análise dos trabalhos de Franz Fanon, Albert Memmi e Stuart Hall foi indispensável para compreender a relação entre colonização e racismo e suas influências na subjetividade dos afrodescendentes. Nas palavras de Memmi (2007: p. 12):

Eu era tunisiano e, portanto, colonizado. Estava descobrindo que poucos aspectos da minha vida e da minha personalidade não tenham sido afetados por esse dado. Não apenas meu pensamento, minhas próprias paixões e meu comportamento, como também o comportamento dos outros em relação a mim.

Memmi, assim como Fanon, envereda-se pela Psicologia a fim de compreender a subjetividade dos colonizados. No livro *O retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (2007), o autor analisa os efeitos psicológicos do colonialismo, traçando o perfil tanto do colonizado quanto do colonizador, demonstrando que a colonização fabricou colonizados, assim como colonizadores. Constrói-se o perfil de um em oposição ao do outro, para marcar a diferença e a hierarquia entre as duas categorias: o colonizador é o corajoso, aventureiro, capaz; já o colonizado é o preguiçoso, incapaz.

De acordo com a análise de Memmi (2007), as desqualificações moral, estética e geográfica dos negros ocupam um lugar privilegiado na ideologia colonizadora, estabelecem um processo contínuo de desumanização e obrigam o colonizado a reconhecer sua incapacidade de participar das decisões sociais, políticas e econômicas, aceitando e internalizando a submissão. Nesse processo, perde-se até mesmo a lembrança da liberdade, e essa mutilação social e histórica é provavelmente a mais grave, mais cheia de consequências.

Fanon (2008) faz uma interpretação psicanalítica das anomalias afetivas, responsáveis pela estrutura dos complexos dos negros. A perspectiva do autor corrobora com nossa discussão, ao afirmar que:

[em] todo povo colonizado [...] houve uma interiorização, ou melhor, epidermização da inferioridade, e o negro, em determinados momentos, fica enclausurado no próprio corpo [...], quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali sou prisioneiro de um círculo infernal. (FANON, 2008: p. 110).

Durante o curso dessa disciplina, entrei em contato com minha orientadora, Angela Figueiredo, e um dos critérios colocados para realizar sua orientação foi a participação no Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidades – Coletivo Angela Davis, coordenado por ela, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB). Costumo dizer que no Pós-Afro passei a conhecer e ler autores negros e no Coletivo, as autoras negras: Angela Davis, Angela Figueiredo, Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Kimberlé Crenshaw, Ochy Curiel, entre outras. Discutimos as diferenças entre o Feminismo Negro e o feminismo hegemônico, o conceito de interseccionalidade, as demandas das mulheres negras e a vantagem epistêmica.

Mais tarde, também no Coletivo Angela Davis, tive o primeiro contato com os Estudos Decoloniais⁶, que partem da América Latina e questionam as relações de poder instauradas na modernidade. Essa corrente teórica, ao mesmo tempo em que se apresenta utópica, oferece instrumentos para questionar a universalidade das experiências do grupo hegemônico e historicizá-las, dessa forma, dá visibilidade às experiências de outros grupos. A proposta dos Estudos Decoloniais contempla a diversidade ou a pluriversidade e discute a colonização a partir do oprimido, do colonizado.

Penso que o Pós-afro e o Coletivo Angela Davis foram cruciais e imprescindíveis para a realização de uma pesquisa que fala da subjetividade das mulheres negras. Dessa forma, passei a trilhar os caminhos da Psicologia, da História e da Antropologia e a utilizar os aportes teóricos do Feminismo Negro e dos Estudos Decoloniais, a fim de compreender a construção da subjetividade das mulheres negras, que se expressa nas suas maneiras de estar no mundo e nas interações sociais. A subjetividade é do interesse da História tanto quanto os fatos mais visíveis: “a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também como são eles vivenciados e lembrados na imaginação” (THOMPSON, 1998: p. 184).

2. Abordagem teórica do tema

A abordagem teórica sobre subjetividade e afetividade da mulher negra neste artigo, além de explicitar a relevância da pesquisa realizada no doutorado, no que diz respeito às informações inéditas acrescidas ao que já foi produzido, localiza-a num campo teórico-político que questiona a manutenção das desigualdades e de um padrão hegemônico, isto porque considero que tanto a seleção de um tema quanto as estratégias para abordá-lo podem indicar posições políticas, no sentido de dar visibilidade às demandas dos grupos historicamente excluídos da História. A referida pesquisa se insere nos Estudos Decoloniais, à medida que parte do Sul Global, trabalha com mulheres negras e nos incita a pensar os efeitos da colonização e do racismo nas nossas subjetividades, nas nossas formas de estar no mundo, nas nossas relações sociais e afetivas, sempre numa relação dialética com os sistemas de dominação; ademais, contribui para os estudos sobre afetividade da mulher negra no país.

⁶ Sobre os Estudos Decoloniais ver: Quijano (1992) e Castro-Gómez e Grósfoguel (2007).

É importante considerar que não existe uma essência da mulher negra, mas uma construção da mulher negra forjada a partir do processo de colonização, da escravização, do racismo e da exclusão no pós-abolição, vítima de estereótipos construídos ainda no período escravista. Essas representações forjam uma imagem de controle que funciona “[...] para mascarar as relações sociais objetivas, fazendo com que o racismo pareça algo natural e parte inevitável da vida cotidiana” (COLLINS, 2000: p. 69), isto é, mascara o racismo, o sexismo, a pobreza e, ao objetificar e desumanizar a mulher negra, justifica seu controle pelos grupos e ideologias dominantes. Daí a necessidade de historicizar as trajetórias das mulheres negras num contexto de múltiplas desigualdades e hierarquias que as posicionam na base da pirâmide étnico-racial. A este respeito, Angela Figueiredo (2017: p. 6) considera que:

[...] a representação das mulheres negras ainda está associada à subalternização, à subserviência e hipersexualização. Eu compreendo esse conceito também no que ele se refere à emancipação e empoderamento feminino negro, quer dizer, é preciso construir a nossa própria imagem, uma imagem positiva sobre nós, por meio de uma autorrepresentação.

Conforme alguns autores, tais como Frantz Fanon, Lélia Gonzalez e bell hooks, que abordam os danos psicológicos na relação de dominação/exploração, essa perspectiva de construir a nossa própria imagem, uma imagem positiva, depende da descolonização das nossas mentes. E, para que esse processo aconteça, considero importante visitar os Estudos Decoloniais, a fim de compreender as relações de poder instauradas na modernidade, que configuraram as relações sociais dos espaços colonizados, ciente de que um fenômeno histórico deve ser explicado a partir do estudo do seu contexto, e o conhecimento de seus primórdios não basta para explicar um fenômeno atual, pois ele “[...] se situa no nó de onde se misturam um punhado de traços convergentes, seja de estrutura social, seja de mentalidade” (BLOCH, 2001: p. 58).

A relevância da proposta levada a cabo pelos Estudos Decoloniais está também no estabelecimento de uma conexão entre as estruturas de poder desiguais e seu impacto nas subjetividades. Além de colocar a raça e o racismo no centro da análise, esses estudos questionam as relações de poder configuradas pela modernidade europeia durante o processo de colonização, que encontra nesse momento as raízes da construção de hierarquias sobre as quais o mundo foi dividido, em torno das categorias de raça, classe e gênero.

Nesse contexto, a escravidão foi associada à constituição biológica de indígenas e negros, condenados a uma inferioridade perpétua. Nesse período, o capitalismo se associou a outras formas de exploração e dominação, que foram fundamentais para manter e justificar o controle sobre os sujeitos colonizados nas Américas.

Os Estudos Decoloniais constituem contribuições de intelectuais da América Latina em torno do programa de investigação que trabalha com as categorias modernidade/colonialidade/decolonialidade.

A colonialidade se refere a relações de poder que subsistiram à colonização, enquanto que a modernidade é um processo eterno de conquista e rompimento que, segundo Maldonado-Torres, envolve tanto a descolonização como a *des-generacion* – ações que rompem com as relações coloniais dominantes. Por descolonização o autor entende como o desmonte de estruturas de poder estatal, laboral e de controle da sexualidade, de ideologias e de formas de conhecimento que produzem uma divisão maniqueísta do mundo. Nessa perspectiva, propõe o *giro decolonial*, um movimento de resistência à lógica da modernidade/colonialidade que “[...] encontra suas raízes na resposta visceral de sujeitos conquistados frente à violência extrema de conquista” (MALDONADO-TORRES, 2007a: p. 156). Continua o autor:

O giro decolonial e a descolonização como projeto, não envolve meramente o fim das relações formais de colonização, mas uma oposição radical ao legado e produção contínua da colonialidade do poder, do saber e do ser. Trata-se de pôr fim ao paradigma moderno da guerra, o que significa um confronto direto com as hierarquias de raça, gênero e sexualidade, que foram criadas e fortalecidas pela modernidade europeia, no processo de conquista e escravização dos povos do planeta. (MALDONADO-TORRES, 2007a: p. 161).

Segundo Catherine Walsh (2006), essa descolonização requer uma ação transformadora, uma ação que não se limite à esfera política, mas que se infiltre no sistema do pensamento, o que se afina com o trecho a seguir:

A descolonização é um processo complexo que envolve a descolonização do poder e de seus aparatos institucionais (como o Estado e o mercado), a descolonização do ser (do sentido mesmo das coisas, da identidade e do desejo de ser) e a descolonização do saber (métodos de investigação, pedagogias e instituições educativas) entre outras esferas da existência humana que têm sido marcadas pela modernidade. (MALDONADO-TORRES, 2007b: p. 19).

O Feminismo Negro aglutina várias reivindicações que vão além da equidade de gênero, mas, principalmente, trata de raça e classe tecendo duras críticas ao capitalismo e lutando por justiça social, colocando a mulher negra e suas especificidades no centro das discussões. Na década de 1970, no Brasil, Lélia González, ao interseccionar raça e gênero deu visibilidade às trajetórias e experiências das mulheres negras brasileiras; também nos Estados Unidos, Angela Davis, Alice Walker, June Jordan, entre outras, romperam com as representações das mulheres negras construídas pelo grupo hegemônico, revelando suas especificidades em relação às mulheres brancas. Vale ressaltar que essas reflexões emergiram das experiências dessas mulheres, dentre as quais, as vivências em movimentos sociais, culminando na organização de um outro aporte teórico que contemplasse as suas demandas, o Feminismo Negro.

Não se constitui aqui a intenção de negligenciar o debate travado entre as mulheres negras acadêmicas sobre o Feminismo Negro, o Mulherismo e o Mulherismo Afrikana⁷, mas reter a agenda específica das mulheres negras trazida inicialmente pelo Feminismo Negro. Nesse contexto, considero importante pautar que as teorias não engessam experiências, mas, a partir delas, convocamos ou elaboramos outras teorias, ou seja, qualquer debate teórico-acadêmico que não leve em consideração as falas, a classe, o gênero, a raça, a sexualidade, a região do grupo de mulheres que se pretende colocar em questão, pode resultar em análises equivocadas.

Outro referencial teórico importante para a nossa argumentação é o pensamento feminista negro decolonial⁸, que segundo Curiel (2014) e Lerma (2014), oferece uma nova perspectiva de análise para entender a complexidade das relações derivadas de raça, sexo, sexualidade e geopolítica, de forma imbricada.

Essa proposta foi feita fundamentalmente por feministas indígenas, negras e lésbicas da América Latina, que a partir do reconhecimento das múltiplas estruturas que atuam sobre elas, têm questionado o feminismo hegemônico e o gênero, enquanto categorias analíticas que dão conta apenas das relações entre homens e mulheres do Ocidente, não de outros povos e culturas que têm formas diversas de pensar sobre os seus corpos, que vão além da associação do sexo à natureza e do gênero à cultura, além do uso de categorias dicotômicas para explicar o mundo, e que contempla diversas formas de ser mulher. Dessa maneira, revela os limites de

⁷ Ver Hudson-Weems (2012) e Collins (2017).

⁸ Ver Curiel (2007, 2013), Lugones (2008), Espinosa *et al.* (2013), Espinosa (2014).

categorias produzidas na Europa, que são universalizadas para pensar as realidades de regiões colonizadas.

As mulheres [...] pertencentes a comunidades negras de grupos étnicos não podem construir um feminismo à margem da luta pela defesa de seus direitos coletivos. É no marco dessas lutas onde se expressa e consolida seu feminismo. Para essas mulheres [...] estão inextricavelmente ligados à defesa do território e da natureza como possibilidades de reprodução da vida e da comunidade, a defesa de tradições construídas na resistência à cultura hegemônica [...]. (LERMA, 2014: p. 348).

Nessa perspectiva, os Estudos Decoloniais oferecem subsídios para pensar as opressões de raça, classe e gênero, superando o marxismo e o liberalismo. O primeiro não dá conta de outras opressões dentro de uma mesma categoria; enquanto o segundo vê o sujeito abstrato e não concreto. “A descolonialidade não vê sujeitos abstratos ou unidos por interesses de classe, senão sujeitos e comunidades diferenciadas por hierarquias de distinto tipo implantadas em grande parte pela modernidade” (MALDONADO-TORRES, 2007b: p. 6).

Discutir a subjetividade e suas formas de expressão é ainda algo inusitado nas Ciências Humanas, especificamente na historiografia baiana e brasileira, apesar de a preocupação com os modos de sentir e pensar ocupar a atenção dos *annalistes* desde os primórdios da Revista Annales (VAINFAS, 1997). Para Chalhoub (1990: p. 16), o historiador, “através de um estudo minucioso de decodificação e contextualização, pode chegar a descobrir a dimensão social do pensamento, analisando diferentes vestígios e relacionando-os entre si” e, se preciso for, recorrendo a outros métodos e disciplinas para construir o objeto estudado, que não está posto. Isso porque a produção da subjetividade exige uma abordagem interdisciplinar, principalmente quando se trata das subjetividades das mulheres negras, invisibilizadas pela categoria mulher, que geralmente se refere às mulheres brancas.

Dessa forma, para reconstruir a história da mulher negra é preciso recorrer a outros aportes teórico-metodológicos, desenvolvidos por intelectuais negras, a partir de suas experiências de vida. Esses aportes ultrapassam as barreiras disciplinares ao interseccionar os estudos de raça, gênero, classe e sexualidade, para retirar a mulher negra da invisibilidade e restituir-lhe a humanidade. Nesse contexto, denunciam a ineficácia do currículo acadêmico disciplinar, no sentido de não contemplar a história dos grupos marginalizados e negligenciados nos documentos oficiais – geralmente registrados por homens brancos.

A subjetividade constitui a consciência de algo e a consciência deriva das condições sociais de existência, e são essas condições que cotidianamente nos dizem, através de uma série de mecanismos, que cor é importante, que somos inferiores, a fim de aprisionar as nossas consciências em lugares subalternos – não só no corpo, mas em virtude dele –, dizendo que alguns espaços não nos pertencem.

Assim, nosso corpo fica aprisionado por uma consciência que está sendo trabalhada durante séculos, cotidianamente, através de todos os meios de comunicação e educação, para nos fixar em lugares subalternos, para internalizarmos que o nosso lugar é o lugar do sofrimento, do trabalho pesado, da dor que remete às velhas e novas formas de escravidão. Que imagem é possível que nós, mulheres negras, tenhamos de nós mesmas? Quais são os danos psicológicos de viver numa sociedade onde o racismo atravessa a vida das pessoas?

A Psicologia Social nos ajudou a compreender o processo de construção das subjetividades (MAHEIRIE, 2002) e o aparato conceitual da Psicanálise (*id*, *ego* e *superego*), o desenvolvimento da repressão no indivíduo.

Neuza Santos Souza ressalta a importância do *superego*, isto é, das figuras primeiras – pais ou substitutos, que transmitem as regras e os comportamentos sociais. Entretanto, numa relação dialética, essas figuras primeiras igualmente constroem seu psíquico dentro de uma realidade multirracial, de hegemonia branca, hierarquizada e desigual, que se materializa nas instituições. Ou seja, nesta sociedade o negro internaliza um ideal de *ego*, que é branco, incompatível com suas propriedades físicas, gerando um conflito psíquico entre o *ego* e o *ideal do ego*. “O relacionamento entre o Ego e o Ideal do Ego é vivido sob o signo da tensão. E como não sê-lo, se o superego bombardeia o Ego com incessantes exigências de atingir um ideal inalcançável?” (SOUZA, 1990: p. 38).

Sentimento de culpa e inferioridade, insegurança e angústia atormentam aqueles cujos egos caíram em desgraça diante do superego. A distância entre o ideal e o possível, cria um fosso vivido com efeito de autodesvalorização, timidez, retraimento e ansiedade fóbica. (SOUZA, 1990: p. 41).

Grada Kilomba (2019), em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* – uma obra interdisciplinar que combina teoria pós-colonial, estudos de branquitude, psicanálise, estudos de gênero e Feminismo Negro –, procura expressar a realidade psicológica do racismo

cotidiano. Baseada em relatos subjetivos de mulheres negras, descreve o racismo não apenas como uma encenação do trauma colonial, mas principalmente como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada, ressaltando ainda que a negritude significa não somente a inferioridade, mas estar fora do lugar.

Parece, portanto, que o trauma das pessoas negras provém não apenas dos eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbárie do mundo branco que é a irracionalidade do racismo, que nos coloca sempre como a/o outra/o, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum. (KILOMBA, 2019: p. 40).

Ela é uma das raras autoras que dedica um livro para analisar os sujeitos negros expostos ao racismo cotidiano, utilizando-se de uma abordagem psicológica e psicanalítica. Nesse contexto, evidencia e discute narrativas construídas por grupos específicos que possuem objetivos definidos e, ao historicizar essas narrativas, conclui que elas podem também ser desconstruídas. Daí a minha opção por trabalhar com mulheres negras ativistas, pois elas procuram igualmente agir na subjetividade dos negros, construindo narrativas que valorizam suas experiências culturais, o resgate da autoestima e a afirmação de uma identidade negada e de uma consciência política expressa principalmente na estética negra. A subjetividade emerge, assim, como uma dimensão política da relação entre o sujeito e a sociedade.

Frantz Fanon, Grada Kilomba, Lia Baraúna, entre outros, ressaltam a importância da descolonialidade do ser e das mentes para que os negros não aceitem condições subalternas e lutem por oportunidades iguais e pela democratização dos espaços.

Apenas imagens positivas, e eu quero dizer imagens positivas, e não idealizadas da negritude, criadas pelo próprio povo negro, na literatura e na cultura visual, podem dismantlar essa alienação. Quando pudermos, em suma, nos identificar positivamente com e entre nós mesmos e desenvolver uma autoimagem positiva. (KILOMBA, 2019: p. 114).

Nesse sentido, a contribuição de Beatriz Nascimento é salutar, porque além de afirmar que o negro internaliza os lugares inferiores que lhes são atribuídos, elenca algumas considerações pertinentes acerca da experiência e dos efeitos do racismo:

Observando bem, a gente chega numa conclusão que vive numa sociedade dupla ou tripla. Na medida em que ela impõe na sua cabeça que é uma sociedade branca, que o seu comportamento tem que ser padronizado segundo os ditames brancos, você como preto se anula, passa a viver uma outra vida, flutua sem uma

base onde possa pousar, sem referência e sem parâmetro do que deveria ser a sua forma peculiar.⁹

A escravidão condicionou o negro a reprimir e a conter muitos dos seus sentimentos, “a escravidão foi muito mais que um sistema econômico; ela moldou condutas, definiu hierarquias sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência” (FRAGA FILHO, 2006: p. 26), que se prolongaram no pós-abolição. É o que João José Reis e Elciene Azevedo chamam de “sombras da escravidão”, que são entendidas como fenômenos e processos históricos que se projetam da escravidão no tempo, para além da abolição, e/ou se articulam com o fenômeno axial que é a instituição do cativo enquanto existiu. Interessa-nos, portanto, entender “a vida do liberto no pós-abolição, em particular sua vida familiar e espiritual, sua mobilidade social e geográfica, sua pobreza ou prosperidade, e a trajetória de seus descendentes” (REIS; AZEVEDO, 2012: p. 9).

Essas são questões urgentes, porque impactam na subjetividade e afetividade dos afrodescendentes. Como referiu Stuart Hall (2013: p. 457), “de repente me conscientizei da contradição da cultura colonial, de como a gente sobrevive à experiência da dependência colonial, de classe e cor e de como isso pode destruir você, subjetivamente”.

É nesse sentido que Albert Memmi (2007) procura compreender as causas que terão levado a uma situação permanente de subalternidade e de condição de inferioridade dos negros, particularmente a sua, conforme afirma o autor:

Notou-se que a colonização matava materialmente o colonizado. É preciso acrescentar que ela o mata espiritualmente. A colonização falseia as relações humanas, destrói ou esclerosa as instituições e corrompe os homens colonizadores e colonizados. Para viver, o colonizado precisa suprimir a colonização. Mas, para se tornar um homem, deve suprimir o colonizado que se tornou. Se o europeu deve aniquilar em si o colonizador, o colonizado deve superar o colonizado. (MEMMI, p. 2007: p. 189).

A Antropologia das Emoções parte do princípio de que as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, são produtos relacionais entre os indivíduos, a cultura e a sociedade. A emoção, como objeto analítico das Ciências Sociais, pode ser definida, então, como uma teia de sentimentos dirigidos diretamente a outros e causada

⁹ Trecho da entrevista de Beatriz Nascimento concedida a Crioulo de Aroldo Costa, em 1982, republicada por Alex Ratts (2006: p. 48).

pela interação com outros em um contexto e situação social e cultural determinados. Segundo Clifford Geertz (1989), não apenas as ideias, mas as próprias emoções são artefatos culturais.

Le Breton (2012/2013) analisa o caráter social das emoções e a importância dos contextos culturais nas encarnações e formas de experimentar o sentir afetivamente. Argumenta que o que sentimos, as emoções, não são substâncias transferíveis, seja de um indivíduo ou de um grupo para outro, e não são apenas processos fisiológicos, são relações e, portanto, são o produto de uma construção social e cultural e se expressa em um conjunto de sinais que os seres humanos sempre têm a possibilidade de desdobrar, inclusive se não as sentem.

A emoção é ao mesmo tempo interpretação, expressão, significado, relacionamento, regulação de uma troca; modifica-se de acordo com o público, o contexto; diferencia-se em sua intensidade e, mesmo em suas manifestações, de acordo com a singularidade de cada pessoa. O indivíduo adiciona sua nota em um padrão coletivo suscetível de ser reconhecido pelos pares (de acordo com sua história pessoal, psicologia, *status* social, sexo, idade etc.). Já a afetividade seria “[...] o impacto de um valor pessoal que enfrenta tal contexto e como é experimentado pelo indivíduo” (LE BRETON, 2012/2013: p. 69).

Continua o autor:

A afetividade mobiliza mudanças musculares e viscerais, que impregna o tom do relacionamento com o mundo [...], é sempre o produto de um ambiente humano e um universo social caracterizado de significado e valores [...], expressões faciais, gestos, posturas, sucessão de sequências, é inconcebível fora do aprendizado, fora da formação da sensibilidade que desperta o relacionamento com os outros dentro de uma cultura em um contexto particular. (LE BRETON, 2012/2013: p. 70).

Nessa perspectiva, as emoções e a afetividade estão relacionadas às condições sociais de existência, ou seja, o indivíduo é cotidianamente afetado pelos acontecimentos do meio onde vive, por normas coletivas, orientações de comportamento, padrões de beleza, experiências culturais, e traduz tudo isso de acordo com suas trajetórias individuais, sua singularidade: “o indivíduo interpreta situações através de seu sistema de conhecimento e valores. A afetividade exibida é o resultado” (LE BRETON, 2012/2013: p. 74). Isso é consequência da interpretação de uma situação através de seu sistema de valores, “Não são tanto as circunstâncias em si mesmas que determinam a afetividade do ator, mas a interpretação que ele lhes confere sua ressonância íntima através do prisma de sua história e sua psicologia” (LE BRETON,

2012/2013: p. 116). A afetividade é, portanto, um tecido de interpretação, um significado vivido.

3. Considerações finais

Inicialmente, os Estudos Pós-coloniais (Albert Memmi, Stuart Hall, Frantz Fanon) conferiram legitimidade à pesquisa realizada no doutorado, entretanto, os conceitos dos Estudos Decoloniais de *colonialidade de poder* (a ideia de raça e racismo como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial) e de *colonialidade do ser* (violação do sentido da alteridade humana até o ponto do outro internalizar a subalternidade) foram fundamentais para compreender toda a lógica da colonização que envolve relações de poder baseadas na inferiorização dos povos colonizados que sobreviveram às independências, incluindo-se também o conceito de *pensamento de fronteira* (resposta do colonizado ao projeto eurocêntrico da modernidade). Nesse contexto, a subjetividade emerge como um campo político, disputado pelo grupo hegemônico e, no nosso caso específico, pelas mulheres ativistas integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia.

O Feminismo Negro confere visibilidade às mulheres negras e às suas especificidades; a Antropologia das Emoções parte do princípio de que as experiências emocionais singulares são produtos relacionais entre os indivíduos, a cultura e a sociedade; a Psicologia ajuda a compreender o processo de construção das subjetividades e identidades; e o aparato conceitual da Psicanálise reflete sobre o desenvolvimento da repressão na estrutura instintiva do indivíduo.

Muitas vezes, a viabilidade de um tema de pesquisa está associada a uma abordagem multidisciplinar, principalmente quando emerge das experiências, pois a realidade é plural e complexa, ultrapassando as barreiras disciplinares.

O caráter disciplinar e colonizado de nossas instituições, inclusive das universidades, organizadas em torno dos interesses dos grupos que as lideram, e não de todos os grupos sociais, impede a nossa compreensão da complexidade dos sistemas de dominação, a exemplo dos efeitos da colonização e do racismo na subjetividade de mulheres negras. Entretanto, considero importante informar que essa abordagem multidisciplinar foi feita por uma historiadora de formação, e a História, enquanto ciência dos grupos sociais no tempo e no

espaço, constituiu a base e forneceu os instrumentos para historicizar todas as categorias utilizadas no trabalho de pesquisa realizado.

Referências bibliográficas

BARAÚNA, Lia Maria Perez B. À flor da pele. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 131-146.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GRÓSFUGUEL, Ramon (Coord.). *El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought. Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova York/Londres: Routledge, 2000.

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

_____. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Tradução de Angela Figueiredo. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017, e175118. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510018.pdf>>. Acessado em: 23 set. 2020.

CURIEL, Ochy. La Crítica Postcolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antiracista. In: *Colonialidad y Biopolítica en América Latina*. *Revista Nómadas*, Bogotá, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Universidad Central, n. 26, p. 92-101, 2007.

_____. La Nación Heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. *Brecha Lésbica - En la frontera*, Bogotá, 2013.

_____. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (Ed.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 325-334.

ESPINOSA, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. Comunicação apresentada no *Fazendo Gênero*, Brasília. “Os desafios da arte, a educação, a tecnologia e a criatividade do Fazendo Gênero”, realizada em 10 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.elcotidianoenlinea.com.mx/pdf/18402.pdf>>. Acessado em: 5 mai. 2014.

ESPINOSA, Yuderkys *et al.* Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial. Una conversa em cuatro voces. In: WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales*. Prácticas insurgentes de resistir, (re)vivir y (re)vivir. Quito, Peru: Ediciones Abya Yala, 2013.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Somente Um Ponto de Vista. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017, e175118. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510017.pdf>>. Acessado em: 20 set. 2020.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DELPRIORE, Mary (Org.); Carla Bassanezi (Coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 510-553.

FRAGA FILHO, Walter. *História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine la Guardia Rezende. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*, Ano 3, p. 464-478, 1995.

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Africana Womanism – O outro lado da moeda*. Tradução de Naiana Sundjata. 2012. Disponível em: <<https://quilombouniapp.wordpress.com/2012/03/22/africana-womanism-o-outro-lado-da-moeda/>>. Acessado em: 28 set. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE BRETON, David. Por uma antropología de lãs emociones. *Revista Latinoamericana de Estudios Sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, Argentina, n. 10, ano 4, dez. 2012/mar. 2013, p. 69-79. ISSN: 1852-8759.

LERMA, Betty Ruth Lozano. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez;

MUÑOZ, Karina Ochoa. (Ed.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 335-352.

LESSA, Luciana Falcão. *Senhoras do Cajado: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos*. 2005. 185f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tábula Rasa*. Bogotá-Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MAHEIRIE, Katia. Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade. *Interações*, Universidade de São Marcos, São Paulo, ano/v. 7, n. 13, p. 31-44, jan./jun. 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre La colonialidade del ser: contribuciones de um concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GRÓSGUÉL, Ramon (Coord.). *El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo Del hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007a.

_____. Del mito de la democracia racial a la descolonización del poder, del ser e del conocer. Partes de este ensayo fueron presentadas em La Conferencia Internacional “Reparaciones y descolonización del conocimiento”, 25 e 26 maio de 2007b, Salvador. Disponível em: <<https://globalstudies.trinity.duke.edu/sites/globalstudies.trinity.duke.edu/files/file-attachments/DelMito.pdf>>. Acessado em: 28 set. 2020.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad Racionalidad. In: BONILLO, Heráclio (Org.). *Los Conquistados*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. FLACSO, Bogotá: Tercer Mundo Ediciones, 1992. p. 437-449.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2006.

REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Org.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Ruy. *Teixeira Moleque*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

THOMPSON, P. *A voz do passado* – História Oral. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del signo, 2006. p. 21-70.

* * *

Luciana Falcão Lessa: Licenciada em História (UEFS), Especialista em Teoria e Metodologia da História (UEFS), Mestre em História Social (UFBA), Doutora em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA), Pesquisadora do Coletivo Angela Davis.

Artigo recebido para publicação em: 30 de setembro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 24 de novembro de 2020.

Como citar:

LESSA, Luciana Falcão. Contribuições para uma abordagem multidisciplinar de gênero e raça. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na escrita da História dos Brasis. Rio de Janeiro, n.º. 20, 2020. pp. 132-152. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.54939.

